

REFLEXÕES SOBRE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E ECOSSOCIALISMO NO BRASIL PÓS-PANDEMIA

Luis Felipe Valle¹

RESUMO: Agravados pela pandemia trazida pela Covid-19, problemas como fome, desemprego, miséria, desmatamento e poluição podem ser entendidos como sinais de uma necessária e urgente mudança nas bases pedagógicas do ensino brasileiro diante do potencial transformador da Educação Ambiental na construção de formas de desenvolvimento socioeconômico, cultural e de organização política mais alinhadas aos ciclos ecológicos e dinâmicas da natureza que, há séculos, vem sendo reduzida a matérias-primas e recursos para obtenção de lucros através do consumismo. A partir de uma revisão bibliográfica crítico-reflexiva, propõem-se novos olhares sobre como a Educação Ambiental pode trazer soluções aos problemas estruturais que afligem o Brasil, conduzindo a uma nova práxis engajada com a cidadania e a ecologia.

PALAVRAS-CHAVES: Ecosocialismo; Educação Ambiental; Ecologia; Pedagogia.

ABSTRACT: Aggravated by the pandemic brought by Covid-19, problems such as hunger, unemployment, poverty, deforestation and pollution can be understood as signs of a necessary and urgent change in the pedagogical bases of Brazilian education and facing the transformative potential of environmental education in the construction of a socioeconomic development forms, cultural and political organization more related with the ecological cycles and dynamics of nature that, for centuries, have been reduced to commodities and resources to obtain profits through consumerism. From a critical-reflective bibliographical review, new perspectives are proposed on how environmental education can bring solutions to the structural problems that afflict Brazil, leading to a new praxis engaged with citizenship and ecology.

KEYWORDS: Ecosocialism; Environmental Education; Ecology; Pedagogy.

¹ Centro Universitário de Jaguariúna. E-mail: prof.luisvalle@gmail.com.
Link para o Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2172769435220826>

Introdução

Diante da pandemia provocada pelas variantes do coronavírus, responsáveis pela morte de mais de 6,29 milhões de pessoas até maio de 2022, de acordo com informações de *The Global Change Data Lab* (2022), profundas mudanças foram impostas a práticas cotidianas que permitem dar manutenção ao funcionamento do intrincado sistema-mundo composto por mecanismos políticos, econômicos, sociais e culturais que, embora globalizados, tiveram ainda mais expostos os profundos contrastes existentes entre diferentes lugares, contextos e realidades.

O presente trabalho pretende trazer considerações relacionadas à importância de práticas pedagógicas alinhadas aos princípios do ecossocialismo, corrente de pensamento que busca colocar em perspectiva crítico-reflexiva o atravessamento dos séculos XIX, XX e XXI e maneiras menos predatórias de possibilitar o desenvolvimento da humanidade, mitigando desequilíbrios antropogênicos que têm se intensificado conforme avançam os interesses mercantis sobre dinâmicas e interações ecossistêmicas muito anteriores à humanidade.

O socialismo e a ecologia – ou pelo menos algumas das suas correntes – têm objetivos comuns, que implicam questionar a autonomização da economia, do reino da quantificação, da produção como um objetivo em si mesmo, da ditadura do dinheiro, da redução do universo social ao cálculo das margens da rentabilidade e às necessidades da acumulação do capital (LÖWY, 2014, p.40).

Ao percorrer o caminho proposto, é possível verificar que, ao longo da história, a educação, como entidade de manifestação e construção do conhecimento, simboliza o espaço utilizado, ocupado e constantemente ressignificado por inúmeras gerações na busca pela superação de crises que vão desde longos períodos de fome, epidemias e eventos climáticos intensos até perseguição política, exploração econômica e guerras na disputa por hegemonia entre povos, grupos e nações.

Do empenho quase inesgotável para solucionar problemas e desafios que emergem alheios às vontades humanas (imprevisíveis e indesejáveis na maioria das vezes) – ou por consequência delas (flagelos da ambição e da tirania, geralmente), às ditas “novas” formas de controle e organização social, é a partir da educação que nascem e através dela que amadurecem os diálogos, estudos, pesquisas e acordos que nos permitem seguir em direção à superação de percalços que afligem as sociedades na busca de uma “cidadania planetária”.

A cidadania planetária deverá ter como foco a superação da desigualdade, a eliminação das sangrentas diferenças econômicas e a integração da diversidade cultural da humanidade. (...) [O que] implica também a existência de uma democracia planetária (GUTIÉRREZ; PRADO, 2013 p.25).

É nesse sentido que a aproximação da Educação Ambiental e do ecossocialismo parte da constatação da inviabilidade em dar manutenção ao modelo urbano-industrial-capitalista, sistema globalmente vigente, descendente da tirania de monarquias colonialistas, escravocratas, imperialistas e autocracias dos séculos XVIII e XIX. Embora parcialmente reformado pelo discurso liberal nas últimas décadas, esse sistema tem se mostrado incapaz de romper com práticas excludentes, perversas e nocivas não só às pessoas socioeconomicamente marginalizadas, mas ao exercício pleno de democracias populares sustentadas por princípios como a cidadania, a preservação ambiental, a justiça social e a proteção de todas as formas de vida no planeta.

A partir da revisão e junção de referências bibliográficas relacionadas à educação, Educação Ambiental e ecossocialismo, o percurso metodológico apresentado a seguir vislumbra uma análise crítico-reflexiva com intuito de colocar em perspectiva problemas de ordem social, política, econômica e ecológica intensificados pela pandemia trazida pela Covid-19 e, considerando a prática docente ao longo de mais de dez anos de envolvimento em projetos pedagógicos, trazer apontamentos sobre possíveis caminhos para superação desses problemas.

Desenvolvimento

Nas palavras de Paulo Freire, *“a educação é um ato de amor e, por isso, um ato de coragem. Não pode temer o debate. A análise da realidade não pode fugir à discussão criadora, sob pena de ser uma farsa”* (FREIRE, 2011, p. 127).

Não é de hoje que pautas alinhadas ao debate sobre sustentabilidade, proteção ambiental e medidas para mitigar os efeitos nocivos da ação humana no equilíbrio de processos climáticos e biológicos no planeta Terra ocupam espaços centrais na agenda das Nações Unidas e em reuniões internacionais sobre o futuro da humanidade, como a COP-26 (Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas), realizada em 2021, e a RIO+30, agendada para outubro de 2022.

Todavia, a persistência de problemas que se agravaram no Brasil com a Covid-19, como a miséria, a fome e o desemprego, nos provocam a pensar sobre o papel transformador que o ecossocialismo poderia exercer numa sociedade como a nossa: herdeira de um cruel e injusto passado de exploração colonial e de negação de direitos essenciais e oportunidades a populações que continuam às margens no sistema de desigualdades em que vivemos.

Imersos na pandemia que enfrentamos desde 2020, o que para algumas pessoas tecnicamente mais bem preparadas e financeiramente privilegiadas diante de crises pode soar como *oportunidade*, para outras tem sido a *sentença de morte* que denuncia a urgência de repensarmos algumas questões abarcadas pelo olhar da Educação Ambiental que, há muito tempo, já deveriam ter sido resolvidas.

Num país que lidera a produção e exportação de commodities agrícolas no planeta (OECD/FAO, 2021), vemos problemas sérios como a insegurança alimentar, a fome e o desmatamento não só persistirem, mas crescerem em ritmo alarmante, assim como o uso intensivo de sementes transgênicas e agrotóxicos em latifúndios monocultores – cenário profundamente prejudicial à homeostase de ciclos biológicos, levando à contaminação de solos, lençóis freáticos, aquíferos e mananciais. Além disso, pouco ou nada é feito diante do massacre de povos tradicionais vistos como obstáculos ao avanço do agronegócio, da mineração e outras práticas econômicas incompatíveis a formas de existência alternativas ao capitalismo neoliberal (IPEA, 2021).

Ao investigar caminhos para superação dos problemas elencados, é possível notar que disciplinas do ensino básico como biologia, geografia e química, assim como cursos profissionalizantes voltados a agronomia e engenharia ambiental, abordam de maneira bastante instrumental temáticas relacionadas à ecologia e ao meio ambiente para além da lógica de mercantilização, acumulação e apropriação material da natureza sob a forma de recursos naturais a serem explorados para obtenção de lucro.

“A ecologia superficial, por ser antropocêntrica, desconhece os vínculos do ser humano com a natureza, vendo-a acima ou à parte da natureza, como fonte de todo valor, atribuindo-lhe, ainda, um valor apenas instrumental, de uso” (GUTIÉRREZ; PRADO, 2013, p.13), ou seja, é incapaz de viabilizar uma transformação estrutural e reestruturante que dê conta de possibilitar a redução das desigualdades e da exploração socioeconômica ao mesmo tempo em que (re)crie técnicas e práticas que estejam em consonância com as dinâmicas ecológicas de processos como a pedogênese, o ciclo da água, o autocontrole biológico na produção de alimentos e a renovação de fontes de energia não poluentes.

Uma educação para a cidadania planetária deveria nos levar à construção de uma cultura da sustentabilidade, isto é, uma biocultura, uma cultura da vida, da convivência harmônica entre os seres humanos e entre estes e a natureza (GUTIÉRREZ; PRADO, 2013, p.26).

Como possibilidade para superação de problemas socioambientais que se tornaram ainda mais evidentes durante a pandemia da Covid-19, entendemos que

Revbea, São Paulo, V. 17, Nº 4: 195-207, 2022.

[o] ecossocialismo implica também numa ética democrática: enquanto as decisões econômicas e as escolhas produtivas ficarem nas mãos de uma oligarquia de capitalistas, banqueiros e tecnocratas – ou no desaparecido sistema das economias estatizadas, de uma burocracia que escapa a todo e qualquer controle democrático – jamais sairemos do ciclo infernal do produtivismo, da exploração dos trabalhadores e da destruição do meio ambiente (LÖWY, 2014, p. 68).

Nesse sentido, a Educação Ambiental alcança lugar de destaque ao manifestar-se não só pelo acúmulo e reprodução de informações condicionadas por oligarquias financeiras e instituições político-culturais hegemônicas, mas pela produção e significação de saberes através da interação entre pessoas que compõem mundos de diversidade, pluralidade, diferentes necessidades e possibilidades.

Por conta dos protocolos de biossegurança, a rotina escolar da educação básica foi transferida precariamente para ambientes digital-virtuais, distanciando ainda mais as pessoas do contato com a natureza e de uns com os outros – oportunidade aproveitada por aqueles que vislumbram a conservação dos paradigmas vigentes para automatizar ainda mais as relações interpessoais e reforçar a visão das tecnologias artificiais como forças que se impõem sobre a natureza orgânica das dinâmicas ecológicas.

O ecossocialismo, de forma oposta ao modelo neoliberal automatizador e alienante que vem se perpetuando de maneira destrutiva no mundo todo, sobretudo nas últimas décadas, considera que a construção de

uma sociedade planetária que caracteriza-se pela abertura, dinamismo, interatividade e complexidade, requer processos pedagógicos igualmente abertos, dinâmicos e criativos, nos quais os protagonistas - como sujeitos do processo – estejam em atitude de aprendizagem permanente e, portanto, participem, se expressem e se relacionem tal qual se concebe na mediação pedagógica. (GUTIÉRREZ; PRADO, 2013, p.68).

Da mesma forma que confronta e pretende substituir uma hierarquização tecnocrática baseada na exploração econômica e na exclusão social, o ecossocialismo rejeita o autoritarismo característico tanto de experiências ultraconservadoras de direita, como o nazi-fascismo na Alemanha e Itália durante a segunda guerra mundial, quanto a militarização utilizada por correntes à esquerda como formas de imposição do coletivismo em prol da industrialização, a exemplo do stalinismo, na extinta URSS, e do maoísmo, na China.

Trata-se de uma corrente de pensamento e de ação ecológica que faz suas aquisições fundamentais do marxismo – ao mesmo tempo em que o livra das suas escórias produtivistas. Para os ecossocialistas, a lógica do mercado e do lucro – assim como a do autoritarismo burocrático de ferro e do “socialismo real” – são inconcebíveis com as exigências de preservação do meio ambiente natural (LÖWY, 2014, p.44).

A supressão de uma Educação Ambiental realmente libertária e revolucionária tem atrasado, ou mesmo impedido, a superação de situações que, durante as imposições trazidas pela pandemia, tornaram-se ainda mais flagrantes desde 2020.

Na era informacional, o uso quase compulsório da internet e das redes sociais para suprir as exigências mercadológicas de um sistema econômico predatório, 7 dias por semana, 24 horas por dia, e de relações afetivas reduzidas a interações superficiais, de exposição exagerada e permanente vigilância, tem nos forçado a perceber que tempo é muito mais valioso que dinheiro; que não há liberdade sem justiça social; que a natureza não pode ser controlada por tecnologias artificiais; e que as relações humanas não são mensuráveis por engajamento em redes sociais. Mesmo assim, as rupturas à *normalidade* imposta ainda são muito discretas e, quando se destacam, tendem a ser combatidas.

Voltando os olhos para nosso entorno, diante do agravamento da crise econômica no Brasil, temos testemunhado o aumento da evasão escolar, do desemprego, da pobreza e do trabalho infantil (IPEA, 2021; UNESCO, 2021). Em plena pandemia, o oportunismo de governos populistas e empresas que lucram com a indústria dos diplomas propaga a ideia de que a *rigidez* de horas de estudo em salas de aula, com inspetores e rotinas programadas, estaria sendo superada pela *flexibilidade* de estudar de qualquer lugar, a qualquer hora, com autonomia e liberdade.

Na contramão dessa ilusão, entretanto, vemos o enorme abismo entre estudantes que possuem condições técnicas e financeiras para seguir com estudos online e a esmagadora maioria da população infanto-juvenil brasileira que viu o acesso à educação tornar-se cada vez mais precário, difícil ou, pior, negado.

Décadas atrás, Foucault (1999) já chamava a atenção para a iminente e crescente resistência diante das formas repressivas como a autoridade costumeiramente vinha sendo exercida: as pessoas tenderiam a tolerar cada vez menos as prisões, as regras rígidas, os dogmas e as convenções sociais unilateralmente impostas, limitadoras de liberdades individuais.

Em substituição aos regimes autoritários dos séculos passados, que inspiraram imaginar distopias futuristas de controle militar, ideológico, uniformizador e impositivo da ordem pela violência, a sutileza dos dispositivos

de controle que atuam entre nós hoje em dia é, ao mesmo tempo, genial e aterrorizante – eficaz e feita para passar despercebida.

A sedutora promessa de autonomia e liberdade pelas infovias faz com que espaços de diálogo e construção de conhecimento sejam substituídos por dedicação, horas a fio, a telas onde ambientes artificiais *gamificam* o trabalho que as pessoas são compelidas a realizar sem remuneração, atrofiando o senso crítico e o pensamento reflexivo, em simulações interativas, infantilizadas, muitas vezes, que tentam substituir a ecologia observada no mundo real por realidades virtuais de vigilância, operadas por algoritmos que capturam dados de localização e deslocamento, tendências de comportamento, padrões de interação, perfis de consumo etc. (HAN, 2018).

Quanto menos criticidade em nós, tanto mais ingenuamente tratamos os problemas e discutimos superficialmente os assuntos. Esta nos parecia uma das grandes características de nossa educação. (...) À nossa cultura fixada na palavra corresponde a nossa inexperiência do diálogo, da investigação, da pesquisa, que, por sua vez, está intimamente ligada à criticidade, nota fundamental da mentalidade democrática (FREIRE, 2011, p.126).

O fetiche pelo consumo e pela ostentação de produtos sofisticados e tecnológicos omite que todas as despesas com educação, lazer e trabalho ficam por conta do usuário, que paga (quando tem condições) inclusive para trabalhar. Assim como as estruturas de controle e vigilância são substituídas pela positividade da psicopolítica (HAN, 2018), os processos anteriores e posteriores ao gozo do consumo são invisibilizados pelo marketing tendencioso sobre a sustentabilidade de empresas que, em sua maioria, financiam a degradação ambiental e a exploração socioeconômica em países subdesenvolvidos para a obtenção de commodities e energia, da mesma forma que são responsáveis pela produção da maior parte do lixo tecnológico que contamina solos, lençóis freáticos e oceanos no mundo todo.

Com a obrigatoriedade da implementação do “novo Ensino Médio” em 2022, ficam ainda mais claras as tendências de continuar instrumentalizando a educação, principalmente na rede pública de ensino, através da oferta majoritária de itinerários formativos técnicos e profissionalizantes, da mesma forma que, nas escolas privadas, ganham destaque componentes curriculares como *robótica*, *educação financeira*, *empreendedorismo* e *programação*, suprimindo o desenvolvimento do senso crítico e do pensamento humanista sob a égide de um modelo positivista de progresso pautado pelas relações de produção e consumo que ignoram os fundamentos da Educação Ambiental e de uma cidadania planetária.

Nós estamos, devegarzinho, desaparecendo com os mundos que nossos ancestrais cultivaram sem todo esse aparato que hoje consideramos indispensável. Os povos que vivem dentro da floresta sentem isso na pele: veem sumir a mata, a abelha, o colibri, as formigas, a flora; veem o ciclo das árvores mudar. (...) Quem vive na cidade não experimenta isso com a mesma intensidade porque tudo parece ter uma existência automática: você estende a mão e tem uma padaria, uma farmácia, um supermercado, um hospital (KRENAK, 2020, p. 98-99).

Essa educação, ao invés de possibilitar a criação de novas formas de pensar e caminhos para resolver problemas que afligem os seres humanos há séculos, mantém-se como dispositivo de reafirmação da dominação política, econômica, social e da imposição cultural e ideológica de um pequeno grupo que controla os meios de produção, os bancos, os fluxos informacionais e o Estado, sobre pessoas que continuam reduzidas a peças substituíveis nas engrenagens do sistema-mundo vigente desde a Revolução Industrial.

Evidente que no século XXI, era da máxima expressão da sociedade informacional, o desenvolvimento de competências e habilidades relacionadas ao domínio de tecnologias da informação, robótica, programação etc. são importantes na formação de estudantes, bem como a capacidade de organizar-se, sustentar-se e prosperar financeiramente. Mas os meios são questionáveis quando refletimos sobre os fins: pretende-se, com o modelo educacional vigente, superar as desigualdades e a exploração socioambiental ou potencializá-las, normalizando-as e tornando-as ainda mais autoritárias e condicionantes da organização dos povos em diferentes escalas de lugares e tempos?

Na padronização de comportamentos e reafirmação de papéis sociais, obedecendo aos imperativos das instituições hegemônicas a serviço de um capitalismo neoliberal globalizado, mediado por tecnologias artificiais e realidades paralelas em ambientes digital-virtuais, *“esse pacote chamado humanidade vai sendo descolado de maneira absoluta desse organismo que é a Terra, vivendo numa abstração civilizatória que suprime a diversidade, nega a pluralidade das formas de vida, de existência e de hábitos”* (KRENAK, 2020, p.82).

No momento em que os indivíduos, atuando e refletindo, são capazes de perceber o condicionamento de sua percepção pela estrutura em que se encontram, sua percepção muda, embora isso não signifique, ainda, a mudança da estrutura. Mas a mudança da percepção da realidade, que antes era vista como algo imutável, significa para os indivíduos vê-la como realmente é: uma realidade histórico-cultural, humana, criada pelos homens e que pode ser transformada por eles (FREIRE, 2011, p.66).

A instrumentalização do ensino da Educação Ambiental no “novo Ensino Médio” reduz drasticamente o potencial transformador de discussões que acabam limitadas, quando muito, a menções meramente ilustrativas sobre sustentabilidade e objetivos de preservação e recuperação ambiental frequentemente postergados ou flexibilizados diante da priorização de maximizar lucros e atender a interesses mercantis de grupos políticos dominantes (ANDRADE, PICINI, 2017; MENEZES, MIRANDA, 2021).

Apesar do disposto na Constituição Federal de 1988, afirmando que

[o] Poder Público deve promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino, pois todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (BRASIL, 1988, s/p.).

e citações de várias instituições sobre a importância da Educação Ambiental para a sustentabilidade de processos sociais, políticos, econômicos e biológicos que permitam a sobrevivência das futuras gerações (FAO, IFAD, UNICEF, WFP, WHO, 2021), percebemos que, sem uma mudança estrutural na percepção acerca do meio ambiente e da integração do ser humano aos intrincados processos ecológicos do planeta, os resultados catastróficos do capitalismo serão inevitáveis e, fatalmente, cada vez mais difíceis de se superar.

Alternativamente à visão paisagística e inerte de uma ecologia superficial amputada pelos imperativos da produção e acúmulo de capitais a partir da exploração socioambiental, como

[r]eação à crise estrutural, a Educação Ambiental trabalha para romper com a hegemonia capitalista e possibilitar a reflexão a respeito dessa nova sociedade. (...) Voltada à crítica, à transformação e à emancipação, a Educação Ambiental reúne os elementos necessários para romper com as relações de opressão que impedem a satisfação das necessidades de milhões de pessoas no mundo (BRAVO; STEGLICH, 2018).

Ficam aqui destacados, como forma de instigar a continuação de reflexões e aprofundar o debate sobre a temática apresentada, alguns tópicos que, ao invés de excluídos, deveriam compor eixos centrais e transversais na valorização, legitimação e aplicação de saberes, bem como na produção e

significação de novos conhecimentos, competências e habilidades a partir do espaço escolar:

- Como contraponto à mercantilização generalizada da natureza e homogeneização das relações tempo-espaço em um sistema-mundo capitalista globalizado: reconhecimento de territorialidades e configurações locais (clima, relevo, vegetação e flora, hidrografia, fauna e dinâmicas ecológicas, composição de solos etc.) e potencialidades do uso e manejo sustentável da natureza para produção de alimentos e recursos para atendimento de populações locais;
- Como alternativa aos valores, à ética e à moral determinados por instituições hegemônicas fundadas no imperialismo e por empresas privadas que controlam a indústria cultural, do entretenimento e das telecomunicações: estudos sobre saberes e conhecimentos de povos tradicionais (indígenas, quilombolas, ribeirinhos, caiçaras) e suas técnicas de construção, deslocamento, cultivo e artesanato, bem como organização política, social e expressões culturais, incluindo lazer, felicidade, relações afetivas e bem-estar;
- Em oposição à visão etnocêntrica eurocentrista em que se apega o conservadorismo pautado por práticas racistas, patriarcais, elitistas e predatórias: valorização da identidade latino-americana em sua profunda diversidade e complexidade, reforçando a autodeterminação dos povos e o direito inalienável à soberania nas dimensões materiais e imateriais que permitem a manutenção de suas formas de existência;
- Como resposta às limitações causadas pelos excessos burocráticos e a exagerada erudição no que diz respeito a questões legais e da esfera política brasileira: “alfabetização” crítico-reflexiva acerca de direitos sociais e ambientais, sobretudo os que garantem a proteção da vida e da dignidade humana e do meio ambiente, bem como da estrutura e funcionamento do Estado, para que seja democraticamente ocupado, também, por grupos marginalizados, minorizados e sub-representados;
- Diante do intenso agravamento dos problemas socioeconômicos causados pela ampliação de uma agenda neoliberal globalizada: ampliação dos olhares sobre a estrutura produtiva industrial-capitalista, incluindo os processos anteriores e posteriores ao consumo das mercadorias, possibilitando executar práticas e culturas regenerativas em troca às cadeias lineares de desmatamento, exploração, descarte, poluição e contaminação;
- Em substituição à subserviência das demandas globais pelo consumismo, que requer a instrumentalização da educação para reprodução de mão-de-obra treinada, alienada e servil: a potencialização de metodologias socioeducacionais como produtoras de autonomia e apropriação de recursos materiais e imateriais para superação da fome, da pobreza, da militarização e das guerras, buscando atender às

Revbea, São Paulo, V. 17, Nº 4: 195-207, 2022.

populações locais em suas necessidades, de acordo com suas possibilidades, em consonância com ciclos e processos ecológicos;

- Como caminho de subversão da lógica imediatista, individualista e egocêntrica que ordena as relações entre pessoas, povos, nações, instituições e elementos da natureza: a fundação de um novo paradigma, guiado pela cosmologia do respeito mútuo às pessoas e aos saberes e expressões populares, ao progresso técnico-científico-informacional em prol da coletividade humana, às democracias verdadeiramente representativas das diversidades e a confluência das ações antrópicas e ciclos naturais na garantia do equilíbrio ecossocial do planeta para as futuras gerações.

Considerações

Ao refletir sobre as questões trazidas neste trabalho, parece cada vez mais urgente possibilitar a criação de caminhos para transformação da lógica estruturante materializada pelas relações de poder entre diferentes grupos, nações e instituições, incapaz de superar problemas como a fome, a proliferação de doenças, a destruição da natureza e a insustentabilidade de um sistema predatório permanentemente marcado por colapsos que custam a vida de incontáveis seres vivos, todos os dias. Partindo dessa premissa,

é fundamental desencadear um movimento praxiológico, em que a materialidade do desenvolvimento da vida humana – com suas necessidades biológicas e ambientais, seus conflitos e tensões socioculturais e epistemológicas, suas contradições econômicas – seja o ponto de partida para a reflexão e construção coletiva de uma consciência crítica capaz de subsidiar os sujeitos na transformação da realidade que os espolia do direito à vida digna (SILVA, PERAMBUCO, 2014, p.126).

A Educação Ambiental, assim como qualquer outro componente curricular ou temática de estudos para o desenvolvimento científico e tecnológico, está sujeita a interpretação e utilização conforme os interesses dos grupos que se apropriam dos conhecimentos, dos saberes e dos fazeres, buscando atender seus mais variados objetivos. Sob a ordem hegemônica do capitalismo neoliberal globalizado, consideramos ser inviável fazer dessa importante área do conhecimento ferramenta capaz de superar problemas que, há séculos, afligem a humanidade devido ao descompasso entre a lógica exploratória-produtivista e os ciclos ecológicos.

Como reação, o ecossocialismo apresenta-se não só como ideia teórica, mas como manifestação pragmática de soluções e estratégias

alternativas que vêm, ainda que discretamente e com grande resistência das instituições dominantes, apontando possibilidades realistas para superação da fome, da pobreza, da guerra e da destruição ambiental em iniciativas relacionadas à agroecologia e agroflorestas, economias circulares, núcleos de gestão democrática popular participativa, cidades e arquiteturas biosustentáveis, e a concepção de uma cidadania planetária orientada pela cosmologia capaz de romper com visão antropocêntrica de mundo e sociedade.

Pretende-se que, a partir destas reflexões pedagógicas, os espaços de diálogo e produção de conhecimento possam ser ocupados de forma mais crítica e consciente acerca da Educação Ambiental e do ecossocialismo como resposta às perguntas que não devem continuar silenciadas, ignoradas ou adiadas.

Referências

ANDRADE, M; PICCININI, C. Educação Ambiental na Base Nacional Comum Curricular: retrocessos e contradições e o apagamento do debate socioambiental. **Anais** do IX EPEA - Encontro Pesquisa em Educação Ambiental. Juiz de Fora: UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA, 2017. Disponível em: <http://epea.tmp.br/epea2017_anais/pdfs/plenary/0091.pdf>. Acesso em 28/11/2021.

BRASIL. **Constituição Federal**, 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em 05/10/2021.

BRAVO, M; STEGLICH, R. **O Ecossocialismo como horizonte político da Educação Ambiental**. Revista Movimento, 2018. Disponível em <<https://movimentorevista.com.br/2018/11/o-ecossocialismo-como-horizonte-politico-da-educacao-ambiental/>>. Acesso em 23/10/2021.

FAO, IFAD, UNICEF, WFP , WHO. **The State of Food Security and Nutrition in the World 2021. Transforming food systems for food security, improved nutrition and affordable healthy diets for all**. Rome: FAO, 2021. Disponível em: < <https://www.fao.org/documents/card/en/c/cb4474en/>>. Acesso em 22/10/2021.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão**. Tradução Raquel Ramalheite. 20ª. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 14.e. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

GUTIÉRREZ, F.; PRADO, C. **Ecopedagogia e cidadania planetária**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2013.

HAN, B. **Psicopolítica: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder**. Tradução de Maurício Liesen. Belo Horizonte: Editora Âyiné, 2018.

Revbea, São Paulo, V. 17, Nº 4: 195-207, 2022.

IPEA, FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (Org.). **Atlas da Violência 2021**. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2021. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/1375-atlasdaviolencia2021completo.pdf>>. Acesso em 02/10/2021.

KRENAK, A. **A vida não é útil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

LÖWY, M. **O que é o ecossocialismo?** 2.ed. São Paulo: Cortez, 2014.

MENEZES, G; MIRANDA, M. O lugar da Educação Ambiental na nova base nacional comum curricular para o ensino médio. **Educação Ambiental em Ação**. Volume XX, Número 76 – setembro-novembro/2021.

OECD/FAO. **Agricultural Outlook 2021-2030**, Paris: OECD Publishing, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1787/19428846-en>>. Acesso em 15/10/2021.

SILVA, A.; PERNAMBUCO, M. Paulo Freire: uma proposta pedagógica ética-crítica para a Educação Ambiental. *In*: LOUREIRO, C.; TORRES, J. (orgs.). **Educação Ambiental: dialogando com Paulo Freire**. São Paulo: Cortez, 2014.

THE GLOBAL CHANGE DATA LAB. **Our world in Data**. Daily confirmed deaths. Oxford (UK): Oxford Martin School/University of Oxford; 2022. Disponível em: <<https://ourworldindata.org/explorers/coronavirus-data-explorer>>. Acesso em 31/05/2022.

UNESCO. **Learn for our planet: a global review of how environmental issues are integrated in education**, Paris: UNESCO, 2021. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000377362>>. Acesso em 02/12/2021.